

## Introdução<sup>1</sup>

Esta tese não se propõe a estudar com profundidade o conceito de narcisismo, ainda que o mesmo apresente-se, todo o tempo, nela entretecido. Cabem, portanto, algumas palavras iniciais na tentativa de justificar a escolha do título: “Até que ponto o narcisismo pode ser datado?”. Um mal-estar muito particular, advindo da frequência com que eu escutava o conceito de narcisismo ser empregado para definir a sociedade atual e, como não poderia deixar de ser, o sujeito contemporâneo, marcou a origem dessa pesquisa. Grande parte da literatura que se propõe a discutir questões relativas ao sujeito na atualidade lança mão desta noção, muitas vezes, a fim de designar uma qualidade negativa, pejorativa. Esta constatação logo me trouxe questões. Aprendi com Freud que o narcisismo está colocado ara todos os seres humanos, tendo adquirido o status de estrutura. Assim, será que não há uma distorção conceitual que pode levar a uma análise equivocada ou, ao menos, apressada? Peter Gay oferece uma observação que concorda com a problemática que estou levantando:

A esfera de significação da palavra [narcisismo] ampliou-se com rapidez, primeiro nas mãos de Freud e, a seguir, de modo irresponsável no uso geral, para grande prejuízo dela enquanto expressão diagnóstica. Quando o narcisismo entrou no discurso culto dos anos 1920 em diante, ele passou a ser utilizado de maneira descuidada, não só como rótulo de uma perversão sexual ou de uma fase do desenvolvimento, mas também de um sintoma psicótico e uma variedade de relações de objeto. Alguns, de fato, empregam-no como um termo pejorativo contra a cultura moderna ou um sinônimo vago para uma vaidade enfatuada (Gay [1988] 1989: 315).

Face ao exposto, meu projeto inicial de pesquisa contemplaria, inicialmente, um estudo cuidadoso do conceito de narcisismo em Freud. A seguir, examinaria a apropriação que Lacan fez deste conceito, enfatizando as diferenças em relação à teoria freudiana; como, por exemplo, a distinção entre eu ideal e ideal do eu. Para finalizar, faria um estudo comparado das leituras anteriores com a obra de André Green, autor que se debruçou com rigor sobre o conceito de narcisismo e construiu uma articulação extremamente interessante entre este

---

<sup>1</sup> No lugar de “id”, “ego”, “superego”, “instinto” e “repressão”, usarei “isso”, “eu”, “supereu”, “pulsão” e “recalque”.

conceito e a última teoria pulsional de Freud, que redundou na criação de uma categoria clínica denominada “narcisismo moral” (1969).

Ao caminhar os primeiros passos do percurso planejado, ocorreu-me a necessidade de avaliar se as relações sociais, os estilos de vida, as visões próprias do mundo contemporâneo, decorrentes das profundas e aceleradas mudanças que conduziram à chamada pós-modernidade, contribuíram, ou não, para que o narcisismo, desde sempre presente na condição humana, ganhasse maior destaque nas discussões. O estudo da metapsicologia, aos poucos percebi, não daria conta dessa questão. Mas seguir em frente sem confrontá-la só aumentaria ainda mais o meu mal-estar. Redesenhar o projeto, para pesquisar a leitura psicanalítica da sociedade contemporânea, tornou-se premente. Para tanto, dois sociólogos, Christopher Lasch e Guy Debord, revelaram-se da maior relevância.

“Cultura do narcisismo” e “sociedade do espetáculo”, palavras-chave cunhadas, respectivamente por Lasch (1978) e Debord (1967), são amplamente apropriadas pelos textos psicanalíticos. Designam um sujeito debruçado sobre os próprios interesses, dedicado a exibir a sua aparência constituída pela coleção de uma série de insígnias adquiridas através de um consumismo desenfreado. Isto é, um indivíduo narcísico que, alienado pela moral do espetáculo, torna-se incapaz de perceber a alteridade do Outro. Lasch ([1978] 1983) entende que a ruptura com as condições repressoras do passado, faz surgir o “homem psicológico”, ansioso. A “personalidade autoritária” e culpada deixa de ser o protótipo do homem econômico, produto final do capitalismo burguês.

A troca da culpa pela ansiedade sinaliza uma mudança na relação da humanidade com o tempo. O passado, agora desvalorizado, antes funcionava como alicerce, ponto de apoio para se enfrentar o futuro. Lasch constata a perda, no homem ansioso, do sentido de continuidade histórica, da consciência de pertencermos a gerações que se sucedem rumo ao futuro. Tal perspectiva de curto prazo seria, inclusive, um dos mais significativos sintomas da crise cultural contemporânea: “Ganancioso, no sentido de que seus desejos não têm limites, ele [homem ansioso] não acumula bens e provisões para o futuro, como fazia o ganancioso individualista da economia política do século XIX, mas exige gratificação e vive um estado de desejo, desassossego e perpetuamente insatisfeito” (Lasch, [1978] 1983: 17). Por outro lado, Lasch faz uma ressalva da maior importância, inibidora, com certeza, de conclusões apressadas: “O aumento

registrado no número de pacientes narcisistas não indica necessariamente que as desordens narcisistas sejam mais comuns agora do que antes ou que se tenham tornado mais comuns do que as clássicas neuroses conversivas. Talvez elas tenham alcançado com maior rapidez a atenção psiquiátrica” (Lasch, [1978] 1983: 56).

Estimulada pela passagem acima, retornei à literatura psicanalítica, pois que a mesma, conforme ensinou Freud, deve ser permanentemente revisitada a cada impasse surgido na prática. Surpreendi-me ao constatar o quanto as idéias desses sociólogos tomaram o campo psicanalítico, emprestando um tom pessimista e contribuindo para uma verdadeira demonização da sociedade atual. Isso aparece exemplarmente demonstrado no primeiro parágrafo do texto “O sofrimento na cultura atual: hedonismo versus alteridade”, da psicanalista Isabel Fortes:

A subjetividade hoje se caracteriza pelo hedonismo, pelo imperativo do gozo que se associa ao dever de ser feliz. (...) O sujeito nega a dor tanto na relação que mantém com o próprio sofrimento quanto naquela em que interage com o sofrimento do outro. Esse modo de se posicionar em face da dor é uma marca de nosso tempo, circunscrito às concepções que descrevem a contemporaneidade por meio do que Christopher Lasch (1978) denominou “cultura do narcisismo” e Guy Debord (1967) “sociedade do espetáculo”: triunfo do individualismo em associação com o consumo e com a demanda incessante de prazer (Fortes, 2004: 69).

Mas até que ponto tal perspectiva poderia ser, de fato, generalizada? Algum esforço precisaria ser dedicado à questão, pois eu podia perceber a existência de uma sutil controvérsia entre os psicanalistas dedicados ao tema.

Com a ajuda de Maria Cristina Poli (2004) procurei elencar brevemente as diferentes visões. Segundo ela, desde que Lacan cunhou o termo “sintoma social”, associado ao trabalho de Marx, as interpretações psicanalíticas sobre o mal-estar na cultura têm tomado a via do trágico. Por um lado, encontram-se análises dirigidas por uma crítica de cunho sociológico, conforme já visto, que apontam para o “individualismo narcisista” dos tempos modernos. De acordo com tal perspectiva, o mal-estar contemporâneo decorreria de uma queda das utopias, da perda dos ideais norteadores – ideal do eu – da vida em comum (Aragão et al. 1991). Por outro lado, psicanalistas mais referidos à dinâmica dos discursos, buscam identificar mudanças de estatuto no sintoma na pós-modernidade. Ou seja,

quando o discurso da ciência e da técnica assume um lugar de destaque, resulta um sujeito forcluído do laço social (Lebrun, 1997). Ou, alternativamente, a constituição de um laço social perverso apresenta-se como tendência, na qual os indivíduos ficariam à mercê do gozo do Outro, consoante à lógica capitalista (Goldenberg et al, 1997). Assim, a paranóia e a perversão instalam-se como a manifestação sintomática que responde a uma falta radical de suporte simbólico (Melman, 2002).

Após dialogar com cada uma dessas “correntes de pensamento”, tentando discriminar as preocupações subjacentes e, mais importante, as saídas que os psicanalistas construíam para fazer frente aos impasses clínicos, o meu mal-estar só fez aumentar. Quase sucumbi diante de um quadro tão funesto. Contudo, meu desejo de psicanalista insistia e eu me pus a trabalhar. Fui buscar uma interlocução que melhor se afinasse com as minhas idéias, sem deixar de reconhecer que os sujeitos que hoje procuram os consultórios de psicanálise estão se apresentando de forma diferente da época de Freud, ou seja, de acordo com as insígnias de seu tempo. Além disso, considero importante levar em conta que o acesso à Psicanálise, bem como a sua transmissão, alargou-se de forma importante, desde a sua criação. Isto faz com que, atualmente, a troca entre os pares informe sobre uma clínica que se constitui sob facetas as mais diferenciadas. Tomo como premissa, todavia, a não desvalorização, jamais, dos operadores criados por Freud, ainda que, em alguns casos, eles se mostrem insuficientes para pensar e ajudar a transformar a problemática em questão. Ou seja, acredito que a Psicanálise possui alguns invariantes que, se destituídos, descaracterizam o seu campo de saber impedindo, portanto, que se fale em seu nome. Quando concordo que, muitas vezes, as ferramentas clínicas criadas por Freud não dão conta de determinado tipo de sofrimento, isso não significa que estou propondo uma substituição, mas uma ampliação das mesmas. Aos poucos me dei conta de que desejo, com esta tese, pensar uma saída para melhor receber os sujeitos que buscam análise hoje, calcada na seguinte proposta/premissa: estabelecer uma interlocução com psicanalistas que, assim como eu, reconhecem que determinados tratamentos são refratários ao modelo clássico da psicanálise e, por isso, estão dispostos a ampliar o seu repertório teórico-clínico seguindo as pegadas de Freud e não destituindo o seu legado.

As idéias que busco defender encontram alguma ressonância nas discussões propostas por Renato Mezan (2002) acerca das subjetividades contemporâneas. Segundo ele, falar em subjetividade implica a distinção de três planos: o singular, o universal e o particular. O primeiro leva-nos ao terreno da biografia, das escolhas, das paixões. O segundo diz respeito àquilo que compartilhamos com os outros seres humanos: a linguagem, a capacidade de inventar, as necessidades básicas, o fato de sermos mortais e sexuados, de podermos amar e odiar. O terceiro remete àquilo que é próprio a alguns, mas não a todos. “Falamos de tipos de subjetividades supondo que os elementos universais se materializam de modos diversos, em virtude dos aspectos e condições que podem ser denominados de contingentes” (Mezan, 2002: 260).

Ele propõe também uma questão interessante. Partindo do pressuposto de que “contemporâneo” é um adjetivo que se refere ao nosso tempo, pergunta-se: quando começa este período? Sua resposta faz notar a inexistência de uma unanimidade. Há quem eleja o Renascimento. Outros, o advento do modo de produção capitalista. Ou, ainda, o início do século XX, mais precisamente 1914. Os mais radicais diriam que o início da contemporaneidade data dos anos 60, com a revolução sexual. Enfim, o que deve ser valorizado nesta indeterminação é o perigo de se vincular a diversidade das subjetividades a uma questão cronológica na medida em que sabemos que uma mesma época não oferece as mesmas condições de subjetivação para todos. “O elenco de modalidades de subjetivação efetivamente presentes num dado momento de uma dada cultura será regido pela variedade de soluções que a psique dispõe para resolver esses conflitos fundamentais – variedade em parte determinada pelas possibilidades do funcionamento mental e em parte pelo leque de opções legítimas e ilegítimas oferecido pela sociedade em que o indivíduo nasce e na qual lhe toca viver” (Mezan, 2002: 268).

Imbuída por este espírito, elegi como interlocutora privilegiada no desenvolvimento desta tese a psicanalista Piera Aulagnier. Diferentemente de Freud, ela construiu as suas idéias instigada pela clínica com pacientes psicóticos – a mesma que permitiu a constatação dos limites da metapsicologia freudiana frente ao conflito psicótico. Em função disso, ela propõe ampliar o modelo freudiano do aparelho psíquico, sem deixar, todavia, de preservá-lo. É claro que para propor uma ampliação da metapsicologia de Freud, a autora, também

tributária do pensamento de Lacan, precisou lançar mão de novas concepções. Os elementos até aqui oferecidos podem parecer insuficientes para justificar o lugar de destaque que, nesta tese, assume Aulagnier. Mais ainda, se for levado em conta o fato de ela aparecer muito pouco no cenário psicanalítico contemporâneo.

Assim, diria que o que está em jogo na obra de Piera Aulagnier, além da possibilidade de ampliar – a partir de uma reflexão rigorosa, rica e original -, o modelo metapsicológico de Freud, é o seu esforço para conceber a teoria psicanalítica como aquela que tenta esclarecer as condições necessárias para que o Eu possa existir e para que a atividade do pensamento seja possível. Ela convida a pensar os casos que estão fora do campo da neurose sem abandonar a referência ao ensino de Freud e, mais importante ainda, mantendo, como ele, a interlocução permanente entre teoria e clínica. Com o seu pensamento inovador, a autora convoca a re-pensar algumas das questões básicas da psicanálise: a atividade de representação, bem como toda a problemática identificatória implicada na constituição e preservação do Eu.

Como já foi mencionado, vive-se um momento delicado da história da psicanálise, no qual muitos psicanalistas vêm afirmando que os indivíduos que procuram os seus consultórios apresentam manifestações psicopatológicas que desafiam o modelo teórico-clínico freudiano concebido para tratar as neuroses. O leque destas manifestações é muito vasto. As mais citadas são os fenômenos psicossomáticos, as toxicomanias ou adições em geral, os distúrbios alimentares, a “síndrome do pânico”, às quais, na maioria das vezes, são designadas como casos-limite. Entretanto - e aí está situada uma das minhas questões -, as tentativas de discernir o estatuto metapsicológico dessas patologias ditas contemporâneas abandonam de forma muito apressada o “modelo clássico” da psicanálise sem, a meu ver, propor uma construção consistente.

Acredito que isto ocorre por conta de uma divisão muito antiga no campo da metapsicologia. Atualmente, esta divisão tem conhecido novas facetas, e uma das mais expressivas é a de que as “manifestações contemporâneas” definem-se fora do campo das representações. Segundo os autores que defendem este ponto de vista (Cf. Rezende Cardoso, 2004: 65), essa premissa encontraria apoio nos textos relativos à segunda tópica freudiana através da noção de clivagem, do conceito de pulsão de morte e da problemática do agir. Eles extraem deste universo teórico-clínico a noção de “irrepresentável”, mesmo sabendo que ela não

foi enunciada por Freud. Tal formulação, a meu ver, não ilumina e sim, obscurece a reflexão clínica.

Em contrapartida, Aulagnier oferece, na primeira parte de “A violência da interpretação” (1975)<sup>2</sup>, com a concepção do pictograma, a possibilidade de re-visitado o conceito de representação, na medida em que ela entende que todas as informações que se passam no registro corporal têm uma representação no psiquismo. Ou seja, ela alega que toda excitação, ou excesso de excitação abre uma brecha no psiquismo dando lugar ao que Freud designou por “representações pulsionais” e que ela chama de “pictograma”. Esta representação é a causa do afeto, é o que dá lugar a uma série de expressões visíveis: o grito, o movimento de um bebê que tem uma, duas, três horas de vida, um dia, uma semana. Estas expressões corporais serão decodificadas pela mãe segundo o seu próprio código, produzindo mudanças no espaço em torno do bebê. Segundo ela, nos primeiros momentos da vida, essa realidade exterior, modificada, retorna para o psiquismo do *infans*, como a primeira representação de seu próprio espaço. Ou seja, ela está chamando atenção para o momento de inauguração do aparelho psíquico, um convite para se valorizar os primórdios da vida psíquica.

Além disso, Piera Aulagnier oferece, ainda, dois conceitos instigantes. O primeiro deles, o conceito de violência – que também é apresentado no início da publicação mencionada -, pode ser desdobrado em dois: a violência primária e a violência secundária. A primeira faz referência a uma violência necessária, constitutiva do Eu, situada em um nível fundamental da relação mãe-bebê. A segunda apóia-se sobre a primeira e aponta na direção de um excesso. Esta violência é operada através de um desejo materno de que “nada mude” na relação com o seu filho. Se a criança não encontra uma resposta que a proteja, esta violência gera uma mutilação na atividade do pensamento.

O segundo conceito introduzido por Aulagnier, o de alienação, ganha contornos originais em seu segundo livro, “Os destinos do prazer” (1979), na medida em que ela o convoca para pensar a respeito de uma terceira categoria que estaria entre a neurose e a psicose. Mais do que uma posição estruturante do sujeito, no sentido que o termo assume na teoria lacaniana (1964), Aulagnier fala

---

<sup>2</sup> A versão utilizada na tese é a original, portanto, em francês. As traduções são minhas.

da alienação como um dos destinos possíveis para o conflito identificatório, alienação que estaria presente nas relações passionais.

Considero que esses novos conceitos podem funcionar como ferramentas úteis quando somadas àquelas legadas por Freud, para enriquecer o arsenal teórico que deve ser mantido como pano de fundo fundamental à escuta dos que procuram análise. A idéia é ampliar a escuta para melhor acolher as formas de sofrimento que vêm sendo classificadas como “novos sintomas”, fazendo referência aos “sujeitos [supostamente] contemporâneos” que dominam a clínica atualmente. É importante acrescentar que Aulagnier não abandona a possibilidade de manter um diálogo com o que ela própria designa como “os universais do funcionamento psíquico”. Ao contrário, ela faz referência aos fundamentos do aparelho psíquico, àquilo que seria da ordem do transcultural.

Em que pese a relevância de suas contribuições, Aulagnier anda meio esquecida pelos psicanalistas brasileiros. Maria Lucia Violante (2001) levanta a hipótese de este esquecimento estar relacionado à dificuldade em apreender o modo ímpar como esta autora pensa a psicanálise. Dificuldade agravada pelo fato de a sua teorização *princeps*, apresentada em seu primeiro livro “A violência da interpretação – do pictograma ao enunciado” (1975) e imprescindível para a compreensão do restante de sua obra, encontrar-se inacessível em português. Publicada em nossa língua pela primeira vez em 1979, pela Imago, ficou disponível por apenas dez anos, deixando de ser reeditada a partir do início dos anos 90. O mesmo ocorreu, em 1985, com a sua segunda publicação, “Os destinos do prazer” (1979), da mesma editora. Desta forma, esta tese também se propõe a re-lançar o trabalho de Piera Aulagnier, por entendê-lo capaz de enriquecer o debate acerca da constituição do sujeito **na** contemporaneidade.

Passo à estrutura da tese, uma vez concluídos os necessários prolegômenos: o primeiro capítulo, como não poderia deixar de ser, re-visita o conceito de narcisismo na teoria freudiana, procurando destacar os momentos de virada. A partir daí, apresento as idéias de André Green – psicanalista contemporâneo à Piera Aulagnier -, cujo avanço através de uma articulação entre o narcisismo e a segunda teoria pulsional de Freud, redundou em uma categoria clínica, o narcisismo moral, que reputo interessante para a nossa discussão. O segundo capítulo procura resgatar as instâncias ideais freudianas, como o supereu e o ideal do eu, além do conceito de identificação a partir de três dos textos ditos

culturais de Freud: “Totem e tabu” (1913), “Psicologia das massas e análise do eu” (1921) e “O mal-estar na civilização” (1930). Além de serem conceitos extremamente caros à Aulagnier, entendo que falar em subjetividade implica desbravar estas regiões. Os últimos três capítulos serão dedicados ao pensamento de Piera Aulagnier. Após apresentar uma breve biografia da autora, o capítulo três propõe-se, então, a destrinchar os conceitos de representação e, mais especificamente, a representação pictográfica ou pictograma, além do conceito de violência. O objetivo do capítulo quatro é apresentar as noções que, no pensamento da autora, fazem a passagem do individual para o coletivo. Estou falando sobre o “contrato narcisista” e o “projeto identificatório”. A concepção de Eu da autora, diferente da encontrada em Freud e Lacan, também é examinada. O quinto capítulo dedica-se às relações passionais, através das quais o conceito de alienação adquire um valor clínico extremamente útil para enriquecer as questões que pretendo problematizar. Por último, apresento o resultado deste percurso através da análise de um filme, “Geração Prozac” que servirá de pretexto para articular as noções trabalhadas, na tentativa de sustentar a sua relevância.